

REQUERIMENTO Nº , DE 2015– CI

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): seu funcionamento, sua estrutura e capacidade de resposta às numerosas demandas do setor.

Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- **Celso Luiz Garcia** – Diretor-Geral do DNPM;
- **Carlos Nogueira da Costa Júnior** – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- **Reinaldo Dantas Sampaio** – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS);
- **José Antônio Guidoni** – Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS);
- **Tales Pena Machado** – Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS).

JUSTIFICAÇÃO

A mineração é uma das principais atividades econômicas do nosso país. Em seus mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, o Brasil possui uma grande diversidade de formações geológicas, o que lhe confere uma grande diversidade de minérios. Produzimos 72 substâncias minerais, incluindo minerais metálicos, não metálicos e energéticos.

Em 2013 produzimos 390 milhões de toneladas, ficando entre os três maiores produtores mundiais. Em 2014, a produção mineral brasileira atingiu US\$ 40 bilhões, o que reforça a importância para o setor na economia.

O Espírito Santo é o principal produtor e maior processador e exportador de rochas ornamentais do Brasil, respondendo por praticamente metade da produção e das exportações do País. A exploração de rochas ornamentais é o terceiro maior gerador de receita para o estado, respondendo por 7% do produto interno bruto (PIB) capixaba. Em 2014, o setor fechou o ano com o faturamento superior a US\$ 1 bilhão em exportações, sendo inegável sua importância para o povo capixaba como fator gerador de renda e empregos.

Entretanto, para continuar movimentando esse mercado, as empresas precisam enfrentar diariamente os problemas com a pesada e lenta burocracia. Em tempos de crise como os que hoje enfrentamos, a eficiência dos órgãos públicos é essencial para mitigar os efeitos

negativos. Somente no primeiro trimestre deste ano, por exemplo, foram extintas quase 5 mil vagas de trabalho no setor.

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) é o ator responsável pelo planejamento, concessão e fiscalização do setor. Entretanto, as rachaduras do sistema de gerenciamento das riquezas minerais foram expostas ainda em 2011, em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Grande parte dos problemas identificados pelo relatório ainda hoje existem e partem da falta de capacidade do órgão em administrar o volume de pedidos de pesquisa minerais que recebe. Alguns processos identificados pelo Tribunal estavam há mais de dez anos esperando um parecer conclusivo.

A dificuldade financeira, a necessidade de reformas urgentes nas instalações físicas e o número insuficiente de servidores nas Superintendências estaduais são, muitas vezes, apontados como fatores preocupantes, dificultando a manutenção das atividades. Ainda em 2012, o Tribunal de Contas da União já havia recomendado ao DNPM que avaliasse a possibilidade de distribuição proporcional da força de trabalho entre suas superintendências, providenciasse os equipamentos necessários para executar a fiscalização e promovesse cursos de capacitação para servidores. Três anos depois, as reclamações das empresas do setor mineral quanto ao referido órgão executivo continuam.

Portanto, sugiro a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutirmos a estrutura, o funcionamento e a

capacidade em atender as demandas do DNPM. Certo é que um ambiente adequado de negócios, com mínima burocracia e mais agilidade do Estado gera mais recursos e maiores investimentos. Decerto que podemos construir soluções com a reunião, é que peço aos meus pares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão,

Senador **Ricardo Ferraço**